

ANC p2 29 MAI 1988

Arac

X

Política
ESTADO DE SÃO PAULO

Ampliação da anistia preocupa militares

ZENAIDE AZEREDO

De um lado, os militares da ativa usando de todas as suas armas, até o poder de dissuasão dos ministros militares sobre o presidente Sarney e constituintes contrários à tese do "pagar para ver". De outro, os militares cassados em 1964, que exigem a ampliação da anistia, reintegração e inserção no artigo 5º das Disposições Transitórias de 1.509 marinheiros punidos.

A votação da anistia, a terceira desde 1979, tem mobilizado mais a atenção dos ministros militares do que a própria questão do mandato do atual presidente da República. Prevista para quarta ou quinta-feira, ela já configurou uma verdadeira guerra. "Anistia é um assunto do momento", diz o ministro da Marinha, almirante Henrique Sabóia, ao anunciar a reunião do Alto Comando da Armada para terça-feira. Em princípio, serão tratadas questões administrativas, mas a anistia também deverá fazer parte da pauta, segundo admite o próprio ministro, um dos maiores opositores à emenda de reintegração dos punidos.

Incluída numa das emendas aos textos do Centrão e da Sistematização, a anistia beneficiaria principalmente os 1.509 marinheiros que compareceram aos comícios governistas de antes da revolução de 64. Segundo o almirante Sabóia, "eles foram licenciados *ex-officio* a bem da disciplina ou por conveniência do serviço público".

As razões que levaram a Marinha a enquadrar os punidos em atos administrativos e não institucionais não ficaram claras. Já o Exército e a Aeronáutica só expulsaram com base em atos de exceção.

O comandante Ferro Costa, expulso da Marinha em 1964 como 2º tenente, por ato institucional, foi anistiado em 1979 e hoje recebe proventos de capitão-de-fragata da reserva, de Cz\$ 240 mil. Ele diz que foi preso, torturado, condenado a dois anos de prisão, exilou-se voluntariamente na França e ficou impedido de trabalhar até 1977. Por isso, acha justo receber uma indenização do governo e defende a anistia aos marinheiros punidos por atos administrativos, inclusive o conhecido cabo Anselmo, licenciado no dia 17 de abril de 1964.

De acordo com seus cálculos, distribuídos aos constituintes, se todos os 1.509 marinheiros fossem anistiados e promovidos a suboficiais, "isso custaria ao governo pouco mais de Cz\$ 114 milhões". O comandante Ferro Costa estima ainda

em Cz\$ 18 bilhões os gastos, se a emenda for estendida aos oficiais e praças do Exército, Marinha e Aeronáutica punidos desde 64.

Os dados, no entanto, são contestados pelo ministro Sabóia, para quem os atuais Cz\$ 9 bilhões gastos com os anistiados da força correm o risco de alcançar a cifra de Cz\$ 140 bilhões se a Constituinte aprovar a emenda de anistia aos atos disciplinares. O almirante acusa os punidos de tentarem manobrar em benefício próprio, revelando que só a indenização do comandante Ferro Costa atingiria os Cz\$ 50 milhões.

Os ministros militares temem — e o almirante Sabóia é bastante claro nesse ponto — que as bases da carreira sejam abaladas e que a aprovação do perdão abra um precedente perigoso na Marinha. "Por que se dar o privilégio aos licenciados de 1964, se todos os anos são excluídos *ex-officio* centenas de praças e oficiais?" indagou. "Eles poderiam arranjar emprego, nada os impedia", acrescentou.

Embora poucos acreditem na reintegração, os oficiais da ativa garantem que se recusarão, decididamente, a bater continência ou a obedecer ordens de qualquer cassado reintegrado, considerados por eles intelectualmente e profissionalmente incapazes. Esta não é, no entanto, a visão de Ferro Costa: "O comandante Bernardino Torres, cassado como capitão-de-fragata, foi professor de todos esses meninos que dizem isso. Como cassado, ele esteve na Europa e trabalhou em centros de energia nuclear na Áustria. De volta ao Brasil, passou a orientar o CNPq neste setor. Como, então, as Forças Armadas não estão preparadas para receber este elemento"? **Brasília/Agência Estado**



Almirante Henrique Sabóia